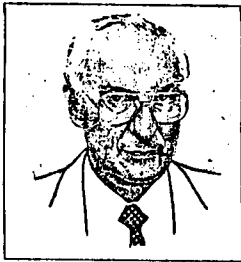


IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

## A encruzilhada do governo



**Custo político da Federação é um dos fatores de atraso do crescimento do País**

cial de relativa gravidade.

Politicamente, há uma profunda distorção na representação eleitoral, em que a minoria dos eleitores detém a maioria do Congresso para seus parlamentares, quase todos representando Estados que não são auto-suficientes e dependem, quase exclusivamente, de transferên-

cias de recursos de outras unidades. Tendo o controle do Congresso, torna-se impossível a aplicação do dispositivo constitucional de serem transformadas em territórios federais, com custo político menor para toda a Nação, aquelas unidades não auto-suficientes. O custo político da Federação brasileira é indiscutivelmente um dos fatores de atraso do crescimento do País. A Federação brasileira é maior do que o PIB, não cabendo dentro dele. E nada passa no Congresso que possa afetar este desequilíbrio gerador de uma Federação do século 19, para enfrentar os desafios do século 21.

Economicamente, o País não cresce por esta razão, o que leva a carga tributária de 37% do PIB a ser insuficiente para manter as estruturas esclerosadas de 5.500 entidades federativas – no Brasil, os municípios são unidades autônomas –, assim como os privilégios auto-outorgados pelos detentores do poder, que fazem gerar um déficit previdenciário de R\$ 52 bilhões/ano, somente para o atendimento de quase 3 milhões de inativos do setor público. Não, pois, apenas por isso, mas sim por uma política extremamente ortodoxa, pela qual os juros são excessiva-

mente elevados para não dar tregua à inflação, mas com inequívocos benefícios aos que emprestam dinheiro ao governo. Agrava-se, por outro lado, o seu nível pela tributação da circulação do dinheiro (CPMF, IOF, IR na fonte), com o que tal esforço se esvai na rolagem de uma dívida cada vez maior. Num momento em que os juros nos EUA são de 1%, no Brasil estão entre 14% e 15%, já descontadas a inflação e a irracional tributação sobre o mercado financeiro, que eleva consideravelmente a “taxa de risco” que o Brasil é obrigado a pagar.

É evidente que a economia não deslança, com o peso da carga tributária (37% do PIB) e dos juros (26%), contraindo-se um potencial de mercado fantástico entre esses dois fatores negativos na política econômica.

O que é pior, todavia, é que o custo político e a desaceleração econômica terminam por atingir o aspecto social. O desemprego e a falta de recursos para possibilitar o atendimento à população carente acabam por gerar dramáticos desníveis, violência incontrolada, descontentamento permanente, pressões variadas e insegurança absoluta, que podem desembocar numa crise política futura de razoável dimensão.

Infelizmente, os dois projetos de reforma que aí estão correm o risco de não equacionar os problemas citados, podendo até agravá-los. A reforma tributária é ruim porque implicará efetivo aumento da carga tributária, numa Nação que há muito ultrapassou o limite de sua capacidade contributiva. Até mesmo a parte boa – a regulação do ICMS – corre o risco, se adotado o regime de destino, de descompassar, por inteiro, a Federação. A reforma previdenciária – melhor que a tributária – apenas sinalizará, se aprovada for, uma redu-

ção do “déficit” futuro e uma demonstração para o mundo de que o Brasil está procurando solucionar o problema previdenciário. Corre, todavia, também o risco de uma desfiguração do projeto, já tendo eu, pelas páginas do Estado e do *Jornal da Tarde*, defendido modelo redutor do “déficit” diferente do proposto pelas emendas apresentadas por parlamentares à proposta governamental.

O certo é que o governo Lula se encontra na encruzilhada. O meu receio é que acredito mais nas estruturas da administração esclerosada – não há projeto para a reforma administrativa – e menos nas forças dos empresários, trabalhadores e profissionais liberais, que são os únicos capazes de retirar o País da crise, visto que é parcela da sociedade que cria empregos, se os governos não atrapalharem.

Contei, em audiência pública no Congresso Nacional, aos srs. deputados, a história de que um beduíno ensinava a seu filho: se estivesse com pouca água no deserto, suficiente apenas ou para o camelo ou para ele próprio, deveria dá-la ao camelo, que teria forças para levá-lo até o próximo oásis, salvando a vida dos dois. Jamais deveria tomá-la, porque morreria o camelo primeiro e, depois, ele mesmo, sem chance de salvação. Que o governo acredite na sociedade – que faz as vezes do “camelo” da história – e reduza, em vez de aumentar, a tributação, única forma de salvar-se a si próprio.

■ Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária (CEU)  
E-mail: ivesgandra@gandramartins.adv.br